

Opinião do GLOBO

Mudança na meta fiscal dificulta rota do crescimento

Governo põe em xeque credibilidade das regras que ele próprio criou e encarece investimento no Brasil

L

ego depois de assumir, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parecia ficar ofendido quando questionado sobre seu comprometimento com a responsabilidade fiscal. Citava os números das administrações anteriores como garantia. No ano passado, o governo aprovou no Congresso um novo arcabouço fiscal, com o compromisso de zerar o déficit público neste ano, entregar um superávit de 0,5% no ano que vem e de 1% em 2026. Nesta semana, menos de um ano depois, as metas foram afrouxadas. A de 2025 agora é zero. Para 2026, 0,25%. A este ano se segue sendo zero, mas ninguém sabe se será mesmo mantida ou cumprida. Em resumo, o governo empurrou o problema de estabilizar a dívida pública para a próxima administração.

Contas públicas envolvem cifras bilionárias, mas não escapam de uma regra básica: enquanto o gasto for maior que a arrecadação, a dívida crescerá. Pelos cálculos do Tesouro, ela chegará ao pico em 2027, em 79,7% do PIB. Poucos no mercado concordam. As projeções giram ao redor de 86% em 2030. A escalada fica evidente quando se lembra que, em 2022, a dívida cor-

respondia a 71,7% do PIB. Hoje está em 75,6%. Desde a posse de Lula, o Brasil já deve quase R\$ 1,1 trilhão a mais, praticamente o triplo da alta no primeiro ano sob Jair Bolsonaro. O descompasso com o restante do mundo é patente. No ano passado, a média da dívida entre os emergentes foi de 68,3% do PIB.

O histórico do governo desde que assumiu não dá margem a otimismo. A tentativa de ajustar as contas públicas se concentrou no aumento da arrecadação, cobrando mais impostos. É preciso dar crédito ao Congresso, solidário em várias das iniciativas, muitas justificáveis. Mas a estratégia se esgotou. De agora em diante, dificilmente haverá apoio político para o governo criar mais impostos ou aumentar os existentes. Diante disso, era esperado que apresentasse um plano consistente para cortar gastos na medida necessária.

Infelizmente isso não aconteceu. O último foi a decisão de antecipar um gasto extra de R\$ 157 bilhões. Por iniciativa da Casa Civil, a Câmara promoveu a primeira alteração nas regras do arcabouço fiscal, para liberar recursos a que o governo teria direito a partir de maio se a arrecadação se mantiver em alta. Embora o

Senado ainda precise votar, a aprovação é dada como certa.

O Brasil é um país com demandas sociais imensas. Quem ocupa a Presidência tem sempre promessas a cumprir. O calendário da política impõe medidas imediatas. Mas tudo isso não exime o governo de buscar objetivos de bem-estar para a maioria no longo prazo. A responsabilidade fiscal é pré-requisito para o Brasil manter taxas elevadas e sustentadas de crescimento, com aumento de renda e emprego.

Quanto mais o Estado deve, maior a dívida sobre sua solvência. Assim que foi anunciada a mudança nas metas fiscais, os juros de longo prazo subiram, afastando o objetivo de elevar a taxa de investimento na economia (que foi de 16,5% no ano passado, ante uma necessidade em torno de 25%). Já devíamos ter aprendido que a visão de curto prazo pode trazer alívio imediato, para, em seguida, os problemas voltarem com força. O país precisa aumentar os investimentos. Isso depende da confiança no governo. Para haver queda nos juros de longo prazo, a dívida pública precisa ser reduzida. Isso demanda coragem para cortar gastos. Esse é o caminho, não existe mágica.

Artigos

opinioes.globo.com/opinioes/
colunistas/globo.com.br

VERA MAGALHÃES



Wp: opinioes.globo.com/vera-magalhaes
www.magalhaes.globo.com.br



Moderação está fora de moda

P

or tudo o que se vê nos cenários global e doméstico, a moderação é um atributo fora de moda. Da por que chamar por ela, na política eleitoral, na interação entre os Poderes ou nas relações internacionais, parece ser pregar no deserto.

A lógica inerente à polarização, que interessa fortemente aos que nela se enfrentam, é expelir qualquer tentativa de evitar soluções cabais para um lado ou outro, alinhamentos peremptórios e postulados ideológicos definitivos.

Acha acontecendo que mesmo quem, a princípio, se propõe a moderar os extremos é tragado pela tentação de abolir a autocontenção, como única forma de fazer frente às investidas polarizadoras.

E, por isso, bastante ingênuo que países como Brasil e Estados Unidos emitam comunicados exortando Israel a reagir com moderação diante dos graves ataques do Irã no último fim de semana. A resposta será provavelmente mais letal que a ofensiva, alimentando um ciclo sem fim visível, em que os apelos à tal da temperança caem no vazio e expõem cada vez mais o caráter praticamente inócuo das instâncias diplomáticas e multilaterais.

Peguemos, também, o delicado equilíbrio de atribuições dos Poderes e as recentes críticas feitas ao que se vê como exacerbação por parte do ministro Alexandre de Moraes nos (vários) inquéritos sob sua responsabilidade. A diferença entre ser incensado como salvador da democracia brasileira, como foi há até alguns meses, e passar a ser cobrado como alguém que extrapola suas atribuições é uma linha tênue, muitas vezes invisível, que seus inimigos certamente saberão operar com maestria. Mas o próprio ministro, tendo assistido de um lugar privilegiado a fatos recentes da História política nacional que apontam para o mesmo ciclo

A volta da roda da fortuna em relação à Lava-Jato expõe não uma tentativa de moderação e correção de rumos, mas a sede por revanche

de ascensão e queda de magistrados, poderia ter começado a construir o caminho para encaminhar as essenciais e graves investigações sob seu comando para o necessário desfecho.

Da mesma forma, a volta da roda da fortuna em relação à Operação Lava-Jato expõe não uma tentativa de moderação e correção de rumos, mas a sede por revanche. E, quando isso opõe, como grupos rivais numa briga de torcidas, alas inteiras do próprio Judiciário, o que se desenha não é aprimoramento institucional ou correção de injustiças, mas o desarranjo de todo o arcabouço necessário a que futuros escândalos envolvendo políticos e malversação de dinheiro público sejam corretamente enfrentados pelo sistema de Justiça.

Os exageros das ações do corregedor do CNJ, ministro Luis Felipe Salomão, na sanha revanchista contra Curitiba, levou de roldão desembargadores e juizes a granel, carregando nas tintas de acusações que não chegaram a se concretizar graças a correta e necessária ação, a tempo e hora, do próprio Supremo Tribunal Federal.

Não será aplicando os métodos draconianos em muitos casos de forma correta apontados na força-tarefa da Lava-Jato e no juiz de Curitiba que os vícios de operação serão corrigidos. Serão apenas acentuados com o sinal trocado. O resultado é um Judiciário que se autogocita justamente no momento em que sofre inúmeras críticas e investidas de outros agentes, inclusive do Legislativo, que busca blindagem para os seus de carona na máxima, repetida até por juizes, de que não se pode criminalizar a política, como se ela não estivesse infiltrada pelo crime em suas diversas instâncias, de forma ecumênica e pluripartidária.

Falta moderação a todos os que latem no peito e se arrogam superpoderes para resolver na violência e na canetada problemas complexos que teimam em não se deixar vencer no grito, como a polarização da política, o apelo de extremistas de corte populista, os conflitos entre países por território ou hegemonia e o desequilíbrio das instituições de governança internas e globais, entre outros assuntos.

Lula enfrenta pressão de aliados com invasões do MST e greve universitária

Movimentos historicamente ligados ao PT aproveitam proximidade para promover onda de reivindicações

N

ão bastasse a queda na popularidade e os desafios econômicos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta pressão de sua própria base de apoio. Depois de ficar numa espécie de hibernação ao longo dos quatro anos do governo Jair Bolsonaro, o MST acaba de deflagrar, pelo segundo ano consecutivo, sua agenda de invasões conhecida como "Abril vermelho". Ao mesmo tempo, professores de universidades, institutos e centros de ensino técnico federais — outro bastião histórico do PT — aderiram a uma greve nacional por aumentos salariais. Tanto os sem-terra quanto os professores acreditam que a oportunidade de sucesso é maior porque Lula está no poder.

O MST informou ter invadido na semana passada 24 propriedades, entre elas uma área de pesquisa da Embrapa, já ocupada no ano passado. É um contrassenso prejudicar o trabalho do laboratório público, maior responsável pelo avanço do agronegócio e da agricultura familiar. Na segunda-feira, Lu-

la reagiu. Lançou o programa Terra da Gente, para "ampliar e dar celeridade ao acesso à terra". É uma forma nova de a gente enfrentar um velho problema. Isso não invalida a luta pela reforma agrária, mas queremos mostrar ao Brasil que podemos utilizar sem muita briga, isso sem querer pedir para alguém deixar de brigar", afirmou numa tentativa de equilibrar intenções.

Ao mesmo tempo que agrada aos antigos aliados do MST, Lula precisa do apoio da bancada ruralista no Congresso para aprovar seus projetos. Estão previstos churrascos na Granja do Torto, com produtores rurais, viagens a estados onde o agronegócio tem peso e visitas a áreas do PAC em áreas de produção agrícola. Esses gestos têm grande importância para um governo com dificuldades de conviver com um Congresso conservador.

A greve dos professores das instituições federais foi deflagrada uma semana depois de a ministra da Gestão, Esther Dweck, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terem decidido que neste ano não haverá aumento para

servidores públicos. Dweck adiantou apenas que está em estudos reajuste de mais de 10% até 2026, quando acaba o mandato de Lula.

Os professores reivindicam aumento de 22%, dividido em três parcelas anuais. Também fazem uma exigência clássica do sindicalismo no setor público: a equiparação de benefícios e auxílios com os servidores do Legislativo e do Judiciário. É na busca por equiparações entre categorias diversas que o funcionalismo escala para níveis salariais acima do razoável e dos praticados no setor privado.

A greve dos professores universitários ocorre no momento em que o governo anuncia o afrouxamento de sua política fiscal, um estímulo evidente a reivindicações de toda sorte, de olho nos novos gastos. Das invasões de terra e da greve de docentes de instituições federais de ensino, restam mais dificuldades para o Planoalto se aproximar do agronegócio, como desaja, prejuízos aos estudantes e a própria imagem dos professores e das universidades, já deteriorada diante da sociedade.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira

O GLOBO
publicado pela O Globo Ltda.

DIRETOR GERAL: Frederico Zupiani Kallit
DIRETOR DE REDAÇÃO: EDUARDO REIS MACHADO
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS GONÇALVES
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS GONÇALVES
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS GONÇALVES

Redação: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 2504-1000 Fax: (21) 2504-1020

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.com/principios>

EDICIONAIS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

EDICIONAIS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

ASSINATURAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

SUBSIDIÁRIAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

ATENÇÃO AO ASSINANTE
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

ASSINATURAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

ASSINATURAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

VENDAS DE BANCAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

VENDAS DE BANCAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

VENDAS DE BANCAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

VENDAS DE BANCAS
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

PUBLICIDADE
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

PUBLICIDADE
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

PUBLICIDADE
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP

PUBLICIDADE
Rio de Janeiro: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
São Paulo: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - São Paulo, SP